

Uma historiografia das religiões populares/afrobrasileiras em Alagoas

Historiography of popular religion and Afro-brazilian religions in Alagoas

*Adriano Magalhães Tenório**

SANTOS, Irinéia Maria Franco dos. *A Caverna do Diabo e outras histórias: ensaios de História Social das Religiões (Alagoas, Séculos XIX e XX)*. Maceió: EDUFAL, 2016.

Quem se dedica aos estudos das religiões afrobrasileiras percebe, logo na busca de referências, que as maiores e mais relevantes pesquisas são oriundas da Antropologia e da Sociologia. No que compete à História, as questões são relativamente novas e, ainda que sob diferentes lentes de observação, as investigações têm se construído na esteira das políticas afirmativas e contribuído para elucidar os diferentes personagens, ações, lugares e tempos históricos nos quais essas tradições se enraizaram e devolveram.

Um texto importante, vindo do campo da História, e que sem dúvidas deve suscitar pesquisadores/as a buscar novas questões acerca do tema é o trabalho de Irinéia Maria Franco dos Santos (2016), intitulado *A caverna do Diabo e outras Histórias: ensaios de História Social das religiões (Alagoas, séculos XIX e XX)*. Os textos reunidos nessa publicação apresentam um panorama histórico das *religiões populares* (onde estão inseridas as religiões afrobrasileiras) no contexto de Alagoas. Mas tornam-se ainda mais relevantes quando levantam interrogações e problemas de ordem epistemológica que permeiam os estudos das religiões populares/afrobrasileiras que podem, inclusive, se estender a outras as realidades.¹

Irinéia Maria Franco dos Santos, é historiadora de formação e professora do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), onde atua desde 2009. Carrega no currículo outros trabalhos acerca das religiões e culturas afrobrasileiras, imprensa, catolicismo e manifestações religiosas populares, sempre dentro de uma perspectiva voltada à História Social. *A caverna do Diabo e outras Histórias* é uma reunião das reflexões da

* Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), com pesquisa dedicada às religiões afrobrasileiras no Amazonas. Bolsista do CNPq. E-mail: tenorioadriano1@gmail.com

autora derivadas de sua pesquisa de doutorado, defendida em 2012, em que estudou as transformações históricas nas religiões afrobrasileiras em São Paulo e Maceió.²

Trata-se, portanto, de uma coletânea de ensaios que dialogam entre si e se complementam. São estudos de casos dentro um recorte temporal que abrange o século XIX e o início do XX, momentos que a literatura especializada referem como de afirmação das religiões africanas e afrobrasileiras. Lidos em conjunto, é possível visualizar nos capítulos aspectos históricos da formação e desenvolvimento das religiões afrobrasileiras em Alagoas. Vale apontar também, que o método que responde as indagações da autora é pautado na “relação entre a experiência religiosa e a realidade estrutural socioeconômica vivida por seus sujeitos” (p. 16), em uma perspectiva materialista, que retoma aliás as propostas de Marx e Engels. Isso está posto de forma clara na apresentação do trabalho, onde os contextos (alagoano e brasileiro) são situados e é apresentada a leitura de religião que perpassa os ensaios, ou seja, como “realidades humanas construídas em sociedade e parte das abstrações atribuídas à cultura”. Segundo a autora, “os sentidos dados pelos seus fiéis às suas práticas foram importantes para a afirmação de regras de convívio interpessoal e invenção de identidades que fortificam comunidades e grupos, ordenaram o mundo, o cosmo e deram explicações que procuravam amenizar o sofrimento humano, individual e coletivo” (p. 20)

A questão das fontes, um problema recorrente para quem estuda as afroreligiões também é discutida pela autora na introdução, com um panorama das dificuldades existentes. Reflexões importantes para situar “o lugar social do historiador” – na perspectiva de Michel de Certeau – seja frente à ausência de fontes ou em função das dificuldades de acesso (ver p. 12 e 13). Um conjunto de condições que acabou por orientar as pesquisas apresentadas no livro para aquelas fontes “mais tradicionais’ e disponíveis: *as (...) da imprensa*”, já que os jornais tornaram-se “foco para a pesquisa histórica sobre as religiões africanas e afrobrasileiras, por serem um dos poucos registros que se tem sobre elas e que, de modo geral, está melhor preservado e com acesso nos arquivos” (p. 13).

A consulta aos impressos oitocentistas está na base no primeiro capítulo, pois foi nas páginas de folhetins que Irinéia Franco encontrou “um ensaio romântico” que serviu de aporte para *A caverna do diabo: o ensaio romântico de Valeriano*

de Souza, e as religiões afrobrasileiras em Alagoas, no século XIX (p. 27 a 63). Através da análise do romance, são elencados os indícios históricos de manifestações religiosas afrobrasileiras, o que embasa algumas hipóteses para a formação dos Xangôs de Alagoas, um tema que ainda rende debates entre a historiografia local e os seus praticantes. Além do mais, em meio ao discurso literário brotam as visões de mundo e os estereótipos empregados pelos intelectuais alagoanos da época para descrever os negros e seus costumes, suas práticas mágico-religiosas, enfim, todo um universo proveniente da escravidão. Nas palavras da autora, “quanto mais a elite se sentia ameaçada” pela presença dos negros e por seus hábitos “mais mecanismos de inferiorização e controle foram estabelecidos. Além de um discurso que, saindo dos salões IHGAL, será repassado nas escolas, na imprensa, e no púlpito – locais em que a predominância do papel educador da Igreja Católica foi sempre presente” (p. 62).

Complementando e entrecruzando a análise anterior, o capítulo *De Quilombos e de Xangôs: cultura, religião e religiosidade afrobrasileira em Alagoas (1870-1911)* (p. 65 a 110) amplia o debate ao contextualizar o período histórico que teve como pano de fundo os conflitos gerados entre proprietários de escravos e abolicionistas, ou seja, finais do período de escravidão e pós-abolição; novamente através das lentes dos jornais. Inseridos nessa paisagem de conflitos, escravos e libertos se articularam para vivenciar suas experiências religiosas, em um contexto de fugas e contestações, crescimento urbano da capital e maior mobilidade urbana para os negros – o que “alarmava os senhores de engenho e demais proprietários de escravos” (p. 72). Nesse novo cenário também os aspectos culturais das religiões e religiosidades negras aparecem de modo mais evidente, sempre rechaçadas pelas elites como práticas de feitiçaria. “O ‘branco’ que dá classificação e reprime está preocupado em descrevê-las na medida em que destaca o que entende como prejudicial (o que levaria a anomia social) e o que poderia, pela legislação, ser enquadrado como crime e, portanto passível de [ser] castigado pelo braço secular” (p. 88). Ainda que como “insolência” e “crime contra a fé católica” esses registros nos parecem hoje importantes para mensurar o quanto essa fé tornava-se pública, em detrimento do aparato repressivo estruturado pela Igreja e pelo Estado. As notícias de folguedos e batuques entre a “gente de cor” denotam assim “os espaços sociais em que floresceu a presença afrobrasileira (...) [como] as *irmandades religiosas católicas*, os *xangôs* e as *festas populares* (quilombos, reisados, maracatus, carnaval)” (p. 108, grifo no original).

A religiosidade negra imbricada no catolicismo é investigada mais a fundo no capítulo sobre *A Santa Fugitiva: confluências étnicorraciais popular em Anadia/AL, século XIX* (p. 111 a 142). A autora parte da investigação das memórias e identidades que gravitam em torno da lenda de Nossa Senhora da Piedade (uma santa achada) e que teria destronado o antigo padroeiro do povoado (São João Nepomuceno). O que vem em seguida lhe permite identificar um intenso “sincretismo afro-indígena-católico” (p. 111) que serviu para demarcar os lugares sociais dos diferentes grupos étnicorraciais”, acomodando tanto “o discurso oficial das elites intelectuais” e do clero e um conjunto de práticas populares em torno da devoção. Importante observar que nessa disputa de posições, de normas e conflitos, religião e política se tocam de forma mais evidente, de modo que envolvem também a construção das versões legítimas da história local, canceladas pelo poder, relegando outros a um lugar de constante subalternidade.

Dando um salto, a publicação chega até a contemporaneidade para levantar um debate ainda em curso sobre o papel das religiões africanas e afrobrasileiras no Brasil do século XX. O capítulo *Religiões Africanas e Afrobrasileiras: dinâmica histórica e relações contemporâneas* (p. 143 a 185) trata, assim, de uma discussão complexa, que faz pensar a relação Brasil/África, bem como na necessidade de “recolocar a questão da memória da África”, seus lugares na academia e também fora dela. No que tange mais diretamente a religião, a autora lembra que o tratamento dado às tradições africanas está em claro desnível com aquele conferido às religiões chamadas “universais”. Elas são denominadas como “*primal, oral, tribal (...)* ou *indígena (...)* e estão fora dos departamentos de história de es estudos da religião, vistas como temas da antropologia” (p. 145, grifo no original). Também não estão nos livros didáticos e, conseqüentemente, no Ensino Básico. Discute-se ainda os conceitos de *sincretismo* e *africanização* e como eles têm sido operados por sacerdote africanos e líderes religiosos afrobrasileiros em um tempo de políticas afirmativas que têm servido ao combate e enfrentamento de todas as formas de racismo e discriminação.

Para os interessados em se engajar nos estudos históricos sobre as religiões afrobrasileiras, trabalhos como o de Irinéia Santos (2016) são leituras essenciais, até mesmo obrigatórias, uma vez que estão dentro daquilo que conhecemos como o *fazer histórico/historiográfico*. De um ponto de vista mais pessoal, de alguém que está caminhando nos estudos sobre religiões afrobrasileiras, o livro me auxiliou

bastante na percepção de como a História lida com o tema e de como nossos problemas (ou questões) têm sido (re)construídos.

¹ Não posso deixar de mencionar que o trabalho da autora foi o primeiro no campo da História que tive contato, suas questões serviram de apoio para que a formulação das perguntas referentes a minha pesquisa sobre religiões afrobrasileiras no Amazonas.

² “Nos Domínios de Exu e Xangô o Axé Nunca se Quebra”: Transformações Históricas em Religiões Afro-brasileiras, São Paulo e Maceió (1970-2000). São Paulo: USP, 2012.

Recebida em 24/03/2020, aceita para publicação em 02/04/2020.